



## **INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UEPB - NEDESP**

**Leandro Guimarães Ribeiro**

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB*  
*[leohistoriacg@gmail.com](mailto:leohistoriacg@gmail.com)*

**Patrícia Cristina de Aragão**

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB*  
*[cristina-aragao21@hotmail.com](mailto:cristina-aragao21@hotmail.com)*

**RESUMO:** presente artigo trata de um estudo sobre as pessoas com deficiência e sua inclusão no ambiente educacional do ensino superior, a partir deste debate, buscamos refletir sobre a história e o campo de atuação do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no sentido de proporcionar as condições necessárias para a permanência dos alunos com deficiência na instituição e na sociedade na qual se inserem. nosso objetivo é, através da investigação do seu Núcleo de Educação Especial – NEDESP, entender a realidade encontrada pelas pessoas com deficiência ao adentrarem no ensino superior e como a implantação de atendimentos educacionais especializados são essenciais para que estes alunos possam desenvolver a sua formação acadêmica da melhor forma possível. Para tal propósito abordamos o contexto educacional enfrentado pelos alunos com deficiência, a forma como iniciativas públicas, como as propostas pelo núcleo e as legislações que se reportam a esta discussão buscaram garantir os direitos destas pessoas. Como referencial teórico este estudo parte das proposições SODRÉ (2005), SANTOS e ARAÚJO (2007) GENTILE (2009) e SILVA (1986), Para subsidiar nossa análise utilizamos como metodologia a perspectiva da história oral, através da técnica da entrevista semiestruturada, como fontes, uma entrevista semiestruturada realizada com um docente da UEPB fundador do núcleo. Partimos de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que utilizamos como fontes, documentos e legislações que se reportaram ao tema. Entendemos que ainda existe um longo caminho a ser trilhado rumo a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior e como a atuação do NEDESP serve como exemplo na busca pela efetivação de um ensino cada vez menos excludente.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Educação especial. Inclusão.

### **INTRODUÇÃO**

O contexto educacional em que estamos inseridos é repleto de desafios e barreiras que surgem a todo o momento no caminho do processo de ensino e aprendizagem. Tais desafios configuram-se não somente na perspectiva dos professores, mas também dos alunos, estejam eles inseridos na modalidade de ensino regular, educação de jovens e adultos ou ensino superior.

O presente artigo trata de um estudo sobre as pessoas com deficiência e sua inclusão no ambiente educacional do ensino superior, a partir deste debate, buscamos refletir sobre a história e o campo de atuação do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

(83) 3322.3222

[contato@coprecis.com.br](mailto:contato@coprecis.com.br)

[www.coprecis.com.br](http://www.coprecis.com.br)



no sentido de proporcionar as condições necessárias para a permanência dos alunos com deficiência na instituição e na sociedade na qual se inserem. Desta forma que foi concebida a proposta da educação inclusiva para pessoas com deficiência, idealizando a quebra do padrão educacional que quando não excluía estes alunos, mantinha-os segregados em ambientes educacionais diferentes dos demais.

Analisar o cenário sob o qual as pessoas com deficiência estão inseridas na sociedade é sempre um grande desafio para qualquer pesquisador. A educação especial é um tema que, apesar de não ser recente, só agora vem ganhando mais espaço nas discussões acadêmicas e sociais. No entanto, é importante salientar que ainda esta bem longe do patamar de prioridade que faz jus, devido a sua grande importância na busca de uma sociedade cada vez mais igualitária, justa e livre de preconceitos como tanto almejamos.

A concepção da educação inclusiva é um processo relativamente recente no Brasil e em todo o mundo, objetivando abolir a prática da exclusão através de políticas públicas e de incentivos que possam garantir à pessoa com deficiência seus direitos que sempre existiram como de qualquer outra pessoa, mas que por muito tempo foram ignorados. Desta forma, convém destacar que estas práticas de exclusão não são exclusivas das escolas, assim, é de grande importância trazer para o espaço de discussões as considerações acerca da educação especial inclusiva, também nos ambientes educacionais de ensino superior.

Tomando como lócus principal a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande-PB, nosso objetivo é, através da investigação do seu Núcleo de Educação Especial – NEDESP, entender a realidade encontrada pelas pessoas com deficiência ao adentrarem no ensino superior e como a implantação de atendimentos educacionais especializados são essenciais para que estes alunos possam desenvolver a sua formação acadêmica da melhor forma possível.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizamos a perspectiva da História Oral enquanto abordagem metodológica no intuito de compreender as adversidades enfrentadas, história de fundação, a sua atuação e importância do NEDESP através da concepção do informante participante desta pesquisa, o professor Eduardo Gomes Onofre<sup>1</sup> da

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Licenciatura e Formação Em Psicologia pelo Instituto Paraibano de Educação (1996) e mestrado em Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal da Paraíba (2002). Doutor em Sociologia - Universidade de Strasbourg (França). Atualmente é professor na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, atuando tanto na graduação como na Pós-graduação (docente permanente do Mestrado Ensino de Ciências e  
(83) 3322-3222  
contato@coprecis.com.br



Universidade Estadual da Paraíba. Considerando que esta abordagem seria a que melhor se encaixaria nas propostas anteriormente definidas, a inserimos na nossa investigação.

Afirmamos a eminente relevância apresentada pela oralidade para o desenvolvimento deste estudo, onde a narrativa emerge oferecendo possíveis caminhos para a compreensão de uma dada realidade. Os relatos orais inserem-se em uma clara renovação metodológica para o pesquisador, abrindo múltiplas possibilidades dentro na narrativa. Neste trabalho utilizaremos a técnica da História Oral temática, que se desenvolve com base em um tema específico e já estabelecido de forma direta. Assim:

A História Oral temática preocupa-se, portanto, com temas específicos e busca, na versão do narrador/entrevistado, rememorar sua vivência, possibilitando investigar e analisar as experiências e as trajetórias. (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p 196)

Desta forma, fizemos uso a técnica da entrevista semiestruturada onde, optou-se, pois, em uma abordagem que priorizasse a utilização de perguntas abertas, entendendo que desta forma alcançaríamos um melhor entendimento das questões levantadas como objetivo a ser alcançado. Assim, o presente trabalho, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, dispondo como fonte fundamental a referida entrevista realizada.

O desenvolvimento da pesquisa se deu inicialmente por meio da leitura de trabalhos relacionados à temática da educação especial e educação inclusiva, posteriormente a realização da entrevista e sua devida transcrição. Esses três momentos permitiram a construção do presente trabalho, bem como também efetuou discussões a respeito das inquietações propostas, incluindo no campo das discussões historiográficas a Educação Inclusiva no espaço do ensino superior.

O presente artigo encontrasse dividido em duas partes, onde, na primeira buscamos entender o processo reafirmação dos direitos iguais para todos os seres humanos com o objetivo de garantir às pessoa com deficiência o usufruto desses direitos. Na segunda parte apresentamos um pouco da história do NEDESP e sua atuação na educação especial com vistas para a educação inclusiva no ensino superior, mais especificamente na Universidade Estadual da Paraíba.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Ao tomar como lócus de pesquisa o município de Campina Grande, mais especificamente, a Universidade Estadual da Paraíba, os resultados foram satisfatórios ao passo que sinalizamos a nossa intenção de voltar os olhares para a realidade da educação inclusiva no Estado da Paraíba, mas de modo a estabelecer mútuos diálogos com outras realidades. E isto se concretizou à medida em que tomamos conhecimento do papel desempenhado pelo Núcleo de Educação Especial da instituição.

Demonstrada a relevância da educação inclusiva como foco de discussão entendemos que o nosso objetivo foi atingido ao observamos as mudanças alcançadas pelos deficientes no âmbito educacional e social através da luta pela garantia de Leis e direitos, da mesma maneira que evidenciamos a necessidade do surgimento de mais espaços, no contexto educacional do ensino superior, como o NEDESP-UEPB que proporciona a permanência dos alunos deficientes na universidade e propaga a ideia da educação inclusiva para a comunidade em geral.

## **1. O ACESSO À EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO DE TODOS.**

Em sua proclamação a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945) define que todos os seres humanos nascem livres e possuem igualdade de direitos. Assim como garante a todas as pessoas o direito à educação, seja ela no ensino básico ou superior de forma igualitária para todos (Art. 26). Neste sentido observamos a reafirmação de não devem existir tratamento diferente entre as pessoas para que haja uma sociedade mais justa, como nos mostra Gentili:

O fato incontestável é que a afirmação do direito à educação, como um direito humano fundamental, estava associada ao reconhecimento das condições indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (GENTILLI, 2009, p. 6)

No ano de 1975 em assembleia geral da ONU foi assentida a Declaração dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Esta buscava assegurar uma melhoria da vida destas pessoas de forma que pudessem ser inseridos socialmente como pessoas dignas de igualdade que são. Onde destacamos a afirmação contida no seguinte trecho:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

**www.coprecis.com.br**



tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, ONU Resolução n.30/84, de 09/12/1975).

Tomando como exemplo estas iniciativas, no Brasil, a Constituição Federal (1988) define o acesso à como um direito de todos os brasileiros e sua garantia como um dever do estado (Art. 205). Evidentemente as pessoas com deficiência estão inseridas neste contexto, mas infelizmente o processo para efetivação desta garantia caminha lentamente no decorrer do tempo.

Já no fim do século XX, países de todo o mundo, incluindo o Brasil, adotam um dos mais relevantes documentos que veio corroborar com a importância da educação especial com vistas para a inclusão, a Declaração de Salamanca elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. Ela proclama que todas as crianças devem ter acesso à educação, que cada uma possui características e necessidades diferentes, que a escola deve satisfazer as necessidades de atendimento educacional especializado e que as instituições educacionais que buscam a perspectiva da inclusão constituem o meio mais eficaz de acolher as pessoas com deficiência combatendo a discriminação sofrida por elas (1994).

Todo este conjunto de leis e iniciativas, entre outras que foram implantadas, que buscaram minimizar a exclusão das pessoas com deficiência no que diz respeito à educação foram de extrema importância na busca de mudanças de vida para aqueles que necessitam de atendimento especializado. Embora que tenham levado muito tempo para atingir tal proporção, pois, como afirma Silva:

[...] anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade (SILVA, 1987, p. 21).

Mesmo levando tanto tempo para sua efetivação, a busca da normatização das pessoas com deficiência foi muito importante. O propósito inicial era o de integrar estas pessoas nas diversas áreas da sociedade. Com isto, cabe aqui ressaltar a diferença entre integração e inclusão dos deficientes no sistema educacional.

De acordo com o modelo de integração escolar, o aluno com deficiência é inserido na escola juntamente com qualquer outro aluno, sem que se leve em consideração a possibilidade de diferenças no processo de aprendizagem destes. Entretanto, consideramos que é de extrema importância o reconhecimento das diferenças para que o processo de ensino



e aprendizagem possa ser efetivado, tenho o aluno deficiência ou não.

Já no processo de educação inclusiva a instituição deve reconhecer as diferenças existentes entre os seus alunos, com ou sem deficiência, e oferecer, na sala de aula regular, de acordo com a necessidade de cada um, os recursos necessários para o processo de aprendizagem. Assim, entendemos que, através do modelo de integração educacional, a prática da segregação das pessoas com deficiência continuava ocorrendo da mesma forma, já que não se adaptavam à escola regular sem os recursos necessários para sua aprendizagem.

### **1.1 As pessoas com deficiência e o acesso ao ensino superior.**

Considerando os dados obtidos a partir do censo realizado pelo IBGE, estimava-se que no ano de 2010 a população brasileira com algum tipo de deficiência, seja ela motora, sensorial ou intelectual, era de aproximadamente 45 milhões de pessoas, o que representaria 24% da população total.

Se a questão da inclusão das pessoas com deficiência nas instituições educacionais em geral ainda não alcançou a devida proporção nos debates e discussões, entendemos que menos ainda tem se discutido a respeito deste processo especificamente no espaço da rede superior de ensino. Entretanto, além das iniciativas citadas anteriormente, conhecendo o que nos diz a Lei nº 10.172/01 que regulamento o Plano Nacional de Educação- PNE, sabemos que as instituições de ensino superior devem:

Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. (BRASIL, 2001)

Reconhecemos que as pessoas com deficiência se inserem no que diz o texto, pois, historicamente são vítimas frequentes de discriminação por parte da sociedade, assim como são parte integrante do que se define como minoria social, que representam, “principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. (SODRÉ, 2005, p.11).

No entanto, o texto disposto no Plano Nacional de Educação, como pudemos observar, não se caracteriza como uma garantia de acesso à educação superior por parte das pessoas com deficiência, mas de igualdade de condições para



competir com os demais no processo de seleção das referidas instituições.

Mesmo sem garantia de acesso, observamos ainda de acordo com os dados do IBGE, que entre os anos de 2014 e 2014 houve um crescimento no número de alunos com deficiência que adentraram ao ensino superior. Segundo o levantamento, em 2014 a quantidade de alunos com deficiência matriculado em instituições de ensino superior era de 5.395, representando somente 0,12% do total de alunos matriculados. Já em 2014 o total de alunos com deficiência no ensino superior era de 33,337, que representa 0,42% do total de alunos. Apesar do aumento, o número de pessoas com deficiência não chegou sequer a 1% do número total de aluno, o que ainda é muito preocupante.

Espera-se que nos próximos anos esta realidade possa mudar. Isto se deve a implantação da Lei 13.409/16 sancionada pelo presidente do Brasil, Michel Temer, que garante às pessoas com deficiência a participação no sistema de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016).

Apesar de ainda bastante defasado, percebemos que iniciativas e leis em direção à educação especial garantiram às pessoas deficientes a busca pelos seus direitos referentes à igualdade. Mesmo com o investimento e atenção ainda longe do necessário, tais mudanças possibilitaram que os sujeitos com deficiência ou que necessitam de algum tipo de atendimento especializado pudessem vislumbrar um futuro melhor em uma sociedade cada vez menos em seu sistema educacional.

Sob esta perspectiva, torna-se possível observar a forma como a educação se apresenta diante da transformação da ação educativa proposta a partir da inclusão. Tudo isso se constitui através das experiências inclusivas dentro e fora da sala de aula, seja na comunidade, no ensino regular ou no ensino superior, ampliando os conhecimentos e contribuindo para que esta atribua novos sentidos e valor ao conhecimento.



## 2. O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NEDESP) DA UEPB

Ao focalizar e problematizar o caminho trilhado pelas práticas educacionais em direção ao viés da educação inclusiva, a presente reflexão se inscreve na história do Núcleo de Educação Especial da UEPB, bem como na relevância assumida por este no tocante à Educação Inclusiva. Essa proposição se caracteriza em virtude de pontuar as possibilidades de acesso e permanência dos alunos no ambiente acadêmico a partir de um recorte local que toma como base o ambiente de estudo do pesquisador.

Tendo seu advento no campus de Campina Grande no ano de 2003, devido as grandes dificuldades encontradas à época pelos alunos deficientes que faziam parte da instituição, o Núcleo sinaliza um importante papel no cenário acadêmico.

Segundo o professor Eduardo Gomes Onofre, membro fundador e coordenador do Núcleo durante 12 anos, estes alunos não possuíam até então nenhum tipo de assistência educacional especializada nem materiais pedagógicos que auxiliassem na aprendizagem. Logo, dependiam da ajuda dos colegas de sala que se dispusessem a cooperar de alguma forma.

Eu, quando eu cheguei aqui não tinha um núcleo de educação especial, não tinha nem um espaço pra isso, era naquele CEDUC antigo do centro, ai eu disse caramba cadê o núcleo? Falei com o Gilson que foi meu aluno e eu perguntava: “*Gilson como é que você faz a prova aqui?*” E ele fala: “*Professor, é terrível, eu faço a prova oral, vem um funcionário da universidade lá e lê a prova pra mim e eu tenho que fazer a prova, as vezes a pessoa esta paciente outras não ta, fica batendo na mesa dizendo, olha já são 9 horas tenho que ir embora.*” Que ele estudava a noite. E ele ficava com vergonha de dizer assim: reformule essa resposta. Você pode ler de novo pra mim? Porque ele ficava com vergonha, com medo da pessoa se incomodar. Ai eu disse: “*Mas não pode, como é que ta sendo?*”. Ai ele disse: “*Não, uma amiga minha lê os livros pra mim e grava em...*” Isso na época era fita cassete [...] Mas então assim, eu falei cara não pode ser assim, e ele: “*As vezes ela quer gravar, as vezes não quer. Ela pede pra uma amiga se esta sobrecarregada*”. (Informação verbal)<sup>2</sup>

Haja vista todas estas dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência ao adentrarem no ensino superior e a certeza de que a situação não poderia continuar da forma que estava, foi elaborado o projeto de criação do Núcleo que iniciava aos poucos o seu trabalho. Com o apoio de monitores, o núcleo passou a realizar ações no sentido de contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem destes alunos, como nos diz Onofre (2017):

---

<sup>2</sup> ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).



As monitoras, essas meninas eram guerreiras elas ficavam sem bolsa, e elas ficavam a tarde inteira pra não fechar o núcleo, a sala. E as outras vinham a noite, os alunos cegos iam lá nessa salinha pra elas gravarem em fita cassete os textos e estudarem com eles e uma delas sabia um pouco de LIBRAS [...]. (Informação verbal).<sup>3</sup>

Frente a este quadro, parece oportuno tomar as atividades do Núcleo enquanto uma considerável iniciativa no auxílio dos alunos com necessidades educacionais especiais que até então não possuíam um espaço como este. A partir desse ponto fundamental, uma flexibilidade se impõe às ações promovidas no intuito de mobilizar a aprendizagem com base em cenário inclusivo, de forma a inserir os alunos no processo a partir da potencialização das aptidões e especificidades.

Para compreender esse processo e, por conseguinte, as suas implicações no ensino, se faz necessário tratar o assunto a partir de um olhar que identifique os tímidos, porém, graduais avanços. Desde o seu início, a luta das pessoas com deficiência em busca de mais espaço na sociedade e nos ambientes educacionais contou com o apoio e parcerias, mesmo que inicialmente tenha sido de uma parcela muito pequena de pessoas.

De igual modo, o NEDESP da UEPB passa a contar com importantes parcerias, as quais possibilitaram seu desenvolvimento. Dentre estes parceiros destaco o Instituto Benjamin Constant<sup>4</sup>, o IBC do Rio de Janeiro. A instituição potencializa uma expressiva atuação juntamente ao NEDESP fornecendo, desde a criação do Núcleo, materiais que auxiliam nas atividades como, por exemplo, livros impressos em Braille e também em áudio. Também é de extrema importância acentuar o convênio firmado com o INES<sup>5</sup>, Instituto Nacional de Educação dos Surdos, que sempre prestou auxílio no que diz respeito à educação dos surdos.

Com este objetivo, o Núcleo tem atuado na Universidade desde a sua fundação, oferecendo tanto o auxílio aos alunos com deficiência através das melhorias pedagógicas proporcionadas quanto serviços para a comunidade acadêmica em geral que consistem em cursos e palestras que possibilitam aos participantes um contato mais direto com as discussões a respeito das pessoas deficientes e a inclusão.

O Núcleo também realiza oficinas, debates e palestras com os diversos temas relacionados à área da educação especial, que possibilitam a quebra de paradigmas

---

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Criado pelo imperador Dom Pedro II em 1854 sob o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi a primeira instituição brasileira a se dedicar especificamente aos cegos. Atualmente é referência nacional no que diz respeito a deficiência visual, além de escola também oferece cursos de capacitação na área da deficiência visual e dão suporte necessário as mais variadas instituições.

<sup>5</sup> Também fundado pelo imperador Dom Pedro II, poucos anos após o IBC. É a primeira instituição brasileira da área, com sede no Rio de Janeiro é atualmente o órgão do Ministério da Educação referência em surdez. (83) 3322.3222 contato@coprecis.com.br



relacionados às pessoas com deficiência, como é possível observar com base na informação relatada pelo professor Eduardo Onofre:

Então esses debates são importantíssimos ate mesmo para quebrar essas barreiras, esses preconceitos, esses estigmas para com as pessoas com deficiência. Você vê que as pessoas com deficiência que chegam numa grande conquista tem uma família responsável que da um apoio muito grande, ate mesmo um professor, teve alguém na escola que incentivou mesmo. Porque a quantidade de deficientes que estão fora da escola é enorme, então esses debates vão ajudar a quebrar esses velhos estigmas, velhos paradigmas de que a pessoa com deficiência não é capaz. (Informação verbal)<sup>6</sup>

Todas essas iniciativas no ambiente educacional do ensino superior apontam para a necessidade da ampliação das discussões sobre a deficiência na formação docente. A perspectiva da inclusão prevê que os alunos deficientes possam frequentar os mesmos espaços de aprendizagem que a comunidade em geral, mas para que isso aconteça é necessário, além de um atendimento especializado, que o professor esteja preparado e familiarizado com o tema inclusão e a grande variedade de deficiências existentes.

Assim compreendemos de forma mais clara como o NEDESP vem mudando, desde a sua fundação, os rumos tomados pela Universidade no que diz respeito à assistência aos alunos com deficiência seja no processo de aprendizagem, convivência ou acessibilidade. Vemos exemplificada a importância da fundação do Núcleo nas palavras de Onofre (2017):

Extremamente importante por que foi o primeiro espaço de atendimento para os alunos com deficiência da UEPB, antes a UEPB não tinha nenhum espaço que atendesse os alunos com deficiência. É o espaço, é um lugar que vai dar visibilidade ao aluno com deficiência da UEPB, então hoje nós temos um espaço, um lugar onde a gente pode dar visibilidade para as pessoas com deficiência. Então você vê a história da UEPB em relação à criança com deficiência antes de 2002 é uma e depois de 2003, antes de 2003 é uma e depois de 2003 é outra. Então ele é super importante porque ele vai mostrar o primeiro espaço onde tem um atendimento educacional para os alunos com deficiência, então ele vai determinando muito isso. (Informação verbal).<sup>7</sup>

Lançar olhares para o NEDESP e, mais do que isso, trazer sua história para a escrita de um trabalho acadêmico reafirma a importância cada vez maior que a Educação Especial expõe na atualidade, retratando uma imensa valorização e reconhecimento diante da convivência e socialização com os sujeitos com deficiência. Sendo a educação o espaço vetor de realidades

---

<sup>6</sup> ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

<sup>7</sup> Ibid.



onde as singularidades são expressas e acolhidas, assim, é de se destacar a necessidade de contribuir no sentido de propiciar condições para um maior envolvimento dos discentes nas atividades oferecidas com base no enfoque inclusivo

## CONCLUSÕES

A partir do que abordamos neste trabalho, torna-se mais claro que a prática educativa apresenta-se, de fato, diante de uma diversidade que se faz presente no campo educacional. É precisamente por conta desse cenário diverso que é possível refletir sobre a Educação Inclusiva no ensino superior, trazendo tais discussões para a escrita acadêmica. Deve-se dizer, então, que o desenvolvimento deste estudo possibilitou a compreensão do percurso histórico traçado pelas pessoas com deficiência desde a antiguidade até os dias atuais, onde percebemos que o preconceito velado ou explícito sofrido por estas pessoas sempre esteve presente no imaginário e nas práticas sociais no mundo inteiro.

Percebe-se, hoje, que as representações acerca da inclusão assumem novos contornos, iniciativas e ações que permitem efetivar novos e importantes passos diante de uma educação que se torne verdadeiramente inclusiva. Deste modo, tornou-se possível o entendimento geral das dificuldades enfrentadas para a consolidação do processo de inclusão educacional das pessoas deficientes, assim como a relevância de atividades desenvolvidas pelo NEDESP-UEPB na perspectiva da formação de professores no ensino regular e na sociedade.

Observamos que parte dos avanços conquistados rumo à educação inclusiva se deve a variedade de acordos, Decretos e Leis que vem buscando a inserção da pessoa deficiente nos espaços comuns, sejam eles educacionais, esportivos ou de convívio social. Porém, ressaltamos que para além de inserir os deficientes nos mesmos espaços das outras pessoas, é essencial ainda proporcionar as condições necessárias para quebrar as barreiras existentes tanto no âmbito da aprendizagem, como da acessibilidade e coexistência. Por este ângulo, entendemos a importância do fortalecimento da educação inclusiva como meio para a promoção de melhorias sociais para as pessoas com deficiência, seja ela da natureza que for.

A tomar como base o NEDESP-UEPB pudemos perceber que em seus quatorze anos de existência, observamos o quanto são nítidas as conquistas alcançadas pelo Núcleo, avanços que corroboram de forma significativa na formação docente dentro e fora do espaço acadêmico. Entretanto, percebendo que ainda há muito o que se fazer no sentido da inclusão dos deficientes e na perspectiva da formação docente, o trabalho em busca de melhorias permanece



constante no esforço daqueles que fazem parte do mesmo.

Trazer e refletir, pois, o ambiente da Educação Especial associando-a à área de atuação superior torna-se, eminentemente, relevante na medida em que insere mudanças na forma de pensar a educação brasileira, assegurando o desenvolvimento de uma aprendizagem eficaz e integral para o alunado.

Pensando nisso, essa importância torna-se visível quando lançamos olhares para as práticas e relações construídas dentro da sala de aula e, de forma mais geral, em sua relação com a comunidade. Pensar, pois, uma educação inclusiva significa reconhecer o “outro” como sujeito de sua individualidade e portadores de uma identidade cultural própria elevada a partir da ação educativa. E é, justamente, essa visão que o presente trabalho defende.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

----- **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos, de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm). Acesso em 17 de ago.2017.

GENTILI, P. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.109, p.1059-1079, set./dez. 2009

ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

ONU. **Declaração dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. 1975.

SANTOS, S. M. dos; ARAÚJO, O. R. de. História Oral: Vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007, p. 191-201.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986

SODRÉ, M. **Por um conceito de minoria**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.